

RESOLUÇÃO N° 288/2017-CEPE, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Direito, *campus* de Foz do Iguaçu, para aplicação a partir do ano letivo de 2018.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em reunião ordinária realizada no dia 30 de setembro do ano de 2017 e,

Considerando o contido na CR n° 52889/2017, de 7 de novembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar o Projeto Pedagógico do curso de Direito, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, do *campus* de Foz do Iguaçu, para aplicação a partir do ano letivo de 2018.

Art. 2° A resolução n° 249/2014-Cepe vigorará até o término do ano letivo de 2017, findo o qual, fica, tacitamente, revogada.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor nesta data, ficando a Resolução n° 249/2014-Cepe revogada a partir do término do ano letivo de 2017.

Cascavel, 30 de novembro de 2017.

Moacir Piffer,
Presidente em exercício do Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão (Cepe).

ANEXO DA RESOLUÇÃO N° 288/2017-CEPE, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

I - IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Direito		
CAMPUS: Foz do Iguaçu		
CENTRO: Centro de Ciências Sociais Aplicadas		
NÚMERO DE VAGAS: 40		TURNO: Noturno
LOCAL DE OFERTA: Campus de Foz do Iguaçu		
CARGA-HORÁRIA EM HORAS: 4.398		
MODALIDADE DE OFERTA	xx	PRESENCIAL
		À DISTÂNCIA
GRAU DE CURSO	xx	BACHARELADO
		LICENCIATURA
		TECNOLÓGICO
INTEGRALIZAÇÃO	Tempo mínimo: 5 anos	
	Tempo máximo: 8 anos	
COM ÊNFASE EM:		VAGAS:
COM HABILITAÇÃO EM: Bacharel em Direito		VAGAS: 40
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018*		
*Alterado em 2017 para atualização de legislação e adequação de ementas, com implantação para todas as turmas em 2018.		

II - LEGISLAÇÃO

DE AUTORIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO CURSO (Resoluções COU/CEPE, Parecer CEE/PR, Resolução Seti e Decreto)
- Expansão: Resolução n. 004/98-COU, de 4 de maio de 1998; - Criação: Resolução n. 007/98-COU, de 4 de maio de 1998; - Aprovação do Projeto Pedagógico: Resolução n. 012/2001-COU, de 20 de março de 2001; - Autorização: Lei n° 13.151, de 18 de maio de 2001; - Ampliação do número de vagas: Resolução n. 037/2001-COU, de 16 de agosto de 2001; - Autorização de Funcionamento: Decreto n. 5.722 de 28 de maio de 2002; - Aprovação da reformulação do Projeto Político-Pedagógico: Resolução n. 036/2004-Cepe, de 16 de novembro de 2004; - Alteração parcial do Projeto Político-Pedagógico: Resolução n. 240/2005-Cepe, de 25 de agosto de 2005;

- Alteração parcial do Projeto Político-Pedagógico: Resolução n. 318/2006-Cepe, de 13 de dezembro de 2006; - Aprovação da reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito: Resolução 249/2014 - Cepe, de 25 de setembro de 2014.
DE RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Resolução Seti, Parecer CEE/PR)
Decreto n. 1.310 de 15 de maio de 2007. Decreto n. 8117 de 08 de maio de 2013, Renovação de reconhecimento do Curso de Direito - Campus de Foz do Iguaçu/PR.
BÁSICA (Resolução e Parecer do CNE, do CEE e da Unioeste, as DCN's do curso; e Legislação que regulamenta a profissão, quando for o caso)
- Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso. - Resolução n. 3, de 14 de julho de 2017, altera o Art. 7º da Resolução CNE/CES n.9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004). - Resolução CNE/CES 03/2007 e Parecer CNE/CES nº 261/2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. - Resolução CNE/CES 02/2007 Carga horária mínima, em horas para Bacharelados (Graduação, Presencial). Tempo de integralização. - Decreto nº 5.296/2004, estabelece condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008; Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. - Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). - Disciplina de Libras, Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- Resolução CNS 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.
- Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, alterada pela Portaria Normativa n. 23, de 1 de dezembro de 2010. As informações acadêmicas exigidas estão disponibilizadas na forma impressa e/ou virtual.
- Deliberação nº 02/2009 - CEE estabelece normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior [...].
- Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Resolução CNE/CES nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Lei Estadual 17505 de 11 de janeiro de 2013 que institui a política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. Deliberação nº 04/2013-CEE estabelece normas para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012.
- Parecer n. 8 de 6 de março de 2012 - CNE/CP. Resolução nº1 de 30 de maio de 2012 - CNE/CP Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Deliberação 02/2015-CEE que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Lei n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Proteção do Direito da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Lei n. 13.185 de 6 de novembro de 2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal a tipificação do crime de assédio sexual.
- Lei n. 12.250, de 9 de fevereiro de 2006. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.
- Lei n. 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal a tipificação do crime de assédio sexual,
- Deliberação CCE n. 02/2016 - Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- Resolução CNE/CES n. 9/2004, que institui as Diretrizes Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito e dá outras providências, de 29 de setembro de 2004.
- Parecer CNE/CES n. 55, de 18 de fevereiro de 2004.

- Parecer CNE/CES n. 211, de 8 de julho de 2004.
- Resolução CNE/CES n. 3/2007 e Parecer CNE/CES n. 261/2006, que dispõem sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- Resolução CNE/CES n. 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga-horária mínima e procedimento relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002, referente às Políticas de Educação Ambiental;
- Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CP n. 01, de 17 de junho de 2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei n. 8.096, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- Regimento Geral da Unioeste, Resolução 028/2003.
- Resolução 102/2016 que aprova Regulamento de Elaboração e Alteração de Projeto Político Pedagógico de Curso de Graduação na Unioeste.
- Resolução 095/2016 - Cepe, que aprova os turnos de oferta, horários de funcionamento, a duração da aula e define o trabalho discente efetivo nos cursos de graduação da Unioeste.
- Resolução 138/2014 - Cepe, que aprova as diretrizes para o ensino de graduação da Unioeste e Revoga a Resolução 287/2008 CEPE.
- Resolução 097/2016 - Cepe que aprova o regulamento da oferta de disciplinas nos cursos de graduação da Unioeste.
- Resolução 385/2008 - Cepe, Regulamento Geral de Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação.

- Resolução 304/2004 - Cepe Regulamento Geral de Trabalho de Conclusão de Curso.
- Resolução 099/2016 - Cepe que aprova o regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares.
- Resolução 034/2000 - COU, critérios para a elaboração e a determinação do índice de atividades de Centro.
- Resolução 317/2011 - Cepe, institui o Núcleo Docente Estruturante, nos Cursos de Graduação.
- Resolução 093/2016 - Cepe, que Regulamenta o sistema de Gestão Acadêmica - Academus dos cursos de graduação da Unioeste.
- Resolução 098/2016 - Cepe, que aprova o regulamento para a oferta de atividades, na modalidade de educação à distância nos cursos presenciais de graduação da Unioeste.
- Resolução 101/2016 - Cepe, que aprova o Regulamento de avaliação da Aprendizagem, segunda chamada de avaliação e revisão de avaliação.
- Resolução 100/2016 - Cepe, que aprova o Regulamento do Aproveitamento de Estudos e de Equivalência de disciplinas nos cursos de Graduação da Unioeste.

III - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA:

- Trata-se de adequação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito a fim de atender alterações legislativas e normativas na área da Educação Superior e, do Direito, como as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, estabelecidas pela Resolução n. 1/2012, do Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno, e também a Deliberação n. 02/2015-CEE.
- *Na construção do referido projeto, buscou-se, dentre outros objetivos, a efetivação da educação em Direitos Humanos, por meio de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.*
- Os temas afetos aos Direitos Humanos, à inclusão social e aos direitos sociais fundamentais são tratados de maneira transversal integrados em diversas disciplinas do Curso de Direito, tais como: Introdução ao Estudo do Direito, Direito Constitucional I, Direito Internacional Público, Criminologia, Direito Previdenciário, Direitos Ambiental, Direito Penal e Civil I.
- O Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito promove a inserção articulada de conteúdos relativos à Educação Ambiental buscando a construção pelos acadêmicos e docentes de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e sua sustentabilidade, nos termos da legislação pertinente.
- A inclusão de temas concernentes à Educação Ambiental no currículo do curso de Direito ocorre pela transversalidade, mediante assuntos relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; através de conteúdos constantes nas ementas de certas disciplinas, como Direito Ambiental, e nas disciplinas optativas, quando ofertadas, de Direito Urbanístico e Direito do Consumidor, pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.
- Conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003, tem-se como acessibilidade: Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações (sala de aula, sala de professor, laboratório, biblioteca,

gabinete de trabalho, layout de laboratório de ensino, mini auditório, auditório, espaços de convivência, praças de alimentação e instalação sanitária), dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 8º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, Lei nº 10.098, de 8 de novembro de 2000). Acessibilidade pedagógica e atitudinal. Abordagem de conteúdos e materiais didáticos adaptados à pessoa com deficiência. O Programa de Educação Especial – PEE da Unioeste atende pessoas com deficiência no acompanhamento e permanência nos cursos de graduação. Acessibilidade pressupõe a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais e a promoção de tecnologia assistida para esses estudantes. No local de acesso ao prédio, que funciona o Curso de Direito, houve a construção de uma rampa, ao lado das escadas, para viabilizar o acesso às pessoas com mobilidade reduzida.

- inserção de disciplinas eletivas, na modalidade de disciplinas optativas, em observância ao art. 2º, § 2º da Resolução nº 269/2008-CEPE. A oferta dessa modalidade de disciplinas propicia a flexibilização do conteúdo programático; a promoção do enriquecimento da formação geral e profissional na perspectiva interdisciplinar, bem como o desenvolvimento de conhecimentos e comportamentos necessários à integração dos egressos na sociedade;

- *inserção da disciplina de Libras como disciplina optativa, em conformidade ao Decreto n. 5.626/2005, art. 3º, § 2º.*

- A inserção do estudo das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, na disciplina de Direito Constitucional I, na vertente do estudo da igualdade, das minorias, das ações afirmativas, além da historicidade e universalidade dos direitos fundamentais e, identidade constitucional e cultural. O tema também será abordado em projetos e atividades acadêmicas complementares, como palestras e semanas acadêmicas, no intuito de estudar a temática de forma transversal.

- Modificação na carga-horária das disciplinas em razão do curso de Direito no campus de Foz do Iguaçu ser ofertado no turno noturno, com 4h diárias de segunda à sexta-feira. Isso o diferencia dos cursos de Direito ofertados nos campi de Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão, que seguem o padrão matutino de 5 h diárias. Dessa forma, adota-se apenas o padrão de disciplinas teóricas com carga-horária de 68 h ou 136 h, e não

são mais utilizados os padrões de 85 h ou 102 h, diante de sua incompatibilidade com uma grade horária diária de 4h.
 - Em 2017 houve adequação de ementas do PPP para atualização de legislação regente, com implementação respectiva em 2018.

HISTÓRICO:

O curso de Direito, na modalidade de bacharelado, no período noturno, foi implantado em 2003 e reconhecido por meio do Decreto Estadual nº 1.310 de 15 de maio de 2007, com 40 vagas anuais.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS:

As novas demandas da sociedade contemporânea exigem formação que articule, com a máxima organicidade, a competência científica e técnica, com a inserção política e a postura ética. A competência científica pretendida pelo Curso de Direito da Unioeste se faz através da familiarização dos alunos com os fundamentos (epistemes) que sustentam a área científica que informa cada área do conhecimento. Esse processo requer domínio da evolução histórica da ciência jurídica, domínio dos métodos e linguagens que geraram seus distintos contornos, o diálogo com os "clássicos". É na base destes fundamentos que se pode construir o "aprender a aprender", condição para o exercício profissional criativo, aquele que não se exaure nos rápidos processos obsoletos que afetam, hoje, todo exercício profissional.

Positivamente, a lógica desta formação é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ensino com extensão aponta para a formação contextualizada às agudas questões da sociedade contemporânea. Ensino com pesquisa aponta para o verdadeiro domínio dos instrumentos nos quais cada profissão se expressa, em seu próprio processo evolutivo. Neste contexto, o conceito de indissociabilidade requerido para o ensino de graduação não se reduz nem ao processo de produção de saber novo, nem às práticas de intervenção direta nos processos sociais, embora não se possa negar a pertinência da pesquisa e da extensão em si.

Assim é que, o presente Curso, tem como objetivo preparar bacharéis em Direito com formação humanística e visão crítica, além daquela propriamente jurídica, em condições de antever mudanças e sugerir normas e modificações corretivas na legislação, capazes de atuar quer na ciência, quer no campo da advocacia, quer no exercício das funções públicas.

Para que os objetivos pretendidos pela Unioeste sejam alcançados, essa Instituição preocupou-se com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa compreendida como processo formador, é elemento constitutivo e fundamental no processo de aprender e aprender-aprendendo e, portanto, prevalente nos vários momentos curriculares.

Para realizar a articulação ensino-pesquisa na graduação, entendemos necessário o envolvimento dos atores, como componentes individuais e o apoio da estrutura institucional como via de integração entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo a execução das atividades.

Busca-se, desta forma, a interdisciplinaridade. A prática interdisciplinar no ensino permitirá desfazer os limites entre prática, estágio, situação problema, problematização, extensão e pesquisa, pois todos esses elementos serão princípios formativos do ensino de graduação no Curso de Direito.

Adota-se, assim, como referência o ato de interrogar, (re)produzir e criar, ou seja: interrogar a realidade de modo crítico e permanente, (re)produzir o conhecimento de modo consciente de suas limitações e, orientar o aluno para a busca de soluções criativas para os problemas com os quais se defronta. Assim, entendemos que ao aluno será permitido uma atitude reflexiva e problematizadora, que lhe permitirá ser um produtor do conhecimento. O comportamento investigativo se aplica tanto para as atividades ditas em sala de aula como fora dela, através da participação em:

- a) eventos científicos;
- b) atividades de monitoria;
- c) atividades de extensão que objetivam o confronto da Universidade com a realidade brasileira e regional e a democratização do conhecimento acadêmico, integrando a educação, nos âmbitos cultural e científico, de modo a viabilizar as funções básicas das instituições de ensino superior junto à comunidade;
- d) desenvolvimento da pesquisa jurídica, imprescindível na construção do Direito, mostrando a evolução dos institutos reguladores da conduta, como verdadeira forma de análise dos fatos e face da legislação, da doutrina e da jurisprudência, tendo em vista o momento jurídico e social para aplicação das normas e dos princípios tendentes à justa solução dos casos concretos e, ainda, visando incentivar a fundamentação científica dos trabalhos monográficos de fim de curso;
- e) funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica com a finalidade de desenvolver atividades práticas;

- f) incentivo às atividades complementares, como forma de ampliar o conhecimento e a capacidade de articulação;
- g) seminários, palestras, conferências, entre outros eventos;
- f) incentivo à publicação em Revista Jurídica;

Ressalta-se a criação da Revista Jurídica "Direito Sem Fronteiras" como importante instrumento para divulgação das pesquisas científicas a nível local, regional e nacional.

As metodologias adotadas - da aula expositiva, dialogada a estágio de prática jurídica, com a constante interação do corpo discente, propiciarão uma sólida formação técnico-jurídica e sócio-política em matérias fundamentais e profissionalizantes, saber crítico para transformação e ordenação da sociedade e fornecerão ao acadêmico forte embasamento humanístico.

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA:

O perfil do profissional formado pelo Curso de Direito da Unioeste, campus de Foz do Iguaçu, repousa em uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais, aliada a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

Visa, portanto, formar um profissional com:

- a) conhecimentos sólidos dos elementos e princípios que constituem a experiência jurídica;
- b) instrumental para aplicação dos conhecimentos teóricos à realidade prática;
- c) dotado de uma visão lúcida e crítica, universal e científica, voltada para a realização do Direito;
- d) apto para, diante das transformações sociais e a realidade nacional, compreender, interpretar e contribuir na criação e na sua justa aplicação.

Nesse sentido, o curso proporcionará condições para que o formando possa desenvolver o seguinte perfil:

- a) permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- b) conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;
- c) domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- d) consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço;

e) capacidade de apreensão, transmissão e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação; f) capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos; g) capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio do exercício profissional; h) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais. Com relação à formação específica, o Curso de Direito da Unioeste visa proporcionar ao profissional o desenvolvimento das seguintes habilidades: a) leitura e compreensão de textos e documentos; b) interpretação e aplicação do Direito; c) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; d) correta utilização da linguagem - com clareza, precisão e propriedade - fluência verbal e riqueza de vocabulário; e) utilização do raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; f) julgamento e tomada de decisões; g) domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
METODOLOGIA: O processo ensino-aprendizagem, compreendido como relação dialógica, pauta-se pela constante interação do corpo discente e docente e concepção de que a aprendizagem não se reduz à mera transmissão de informação. Adota-se, como pressuposto basilar para formação acadêmica, a articulação entre competência científica e técnica, postura ética e inserção política por meio de um processo sistemático e gradual de aprendizagem. Também se insere como aspecto fundamental deste processo o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura, compreensão e elaboração de textos, argumentação e persuasão. Os discentes têm acesso a informações acadêmicas tanto na forma impressa - publicação de editais de avaliação e controle de frequência e consulta ao Projeto Político-Pedagógico e Planos de Ensino na Coordenação do Curso, bem como por meio virtual (Sistema Academus, Sistema Moodle e Mural Eletrônico), entre outros.
AValiação: A autoavaliação do curso e a avaliação desenvolvida no âmbito do processo de ensino aprendizagem vinculam-se diretamente à concepção, finalidade e objetivos propostos no Projeto

Pedagógico do Curso de Direito do campus de Foz do Iguaçu. Neste sentido, as atividades de avaliação são compreendidas, não como um fim em si mesmo, mas como instrumentais para a identificação dos avanços do Curso nessa direção, bem como para readequação dos pontos que se mostraram aquém dos objetivos propostos.

FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:

Em consonância com as diretrizes propostas para o ensino da graduação da Unioeste, a avaliação da aprendizagem integra o processo de ensino e guarda íntima relação com a natureza de cada disciplina. Dessa forma, a metodologia de avaliação é estabelecida pelo docente no plano de ensino de forma a contemplar os diferentes aspectos da ação pedagógica no ensino, tais como a apreensão do conhecimento na área respectiva; a construção de conhecimentos de forma ativa e colaborativa entre os discentes; a capacidade de analisar e propor soluções para situações-problema; manifestação da compreensão das relações entre as diversas áreas do conhecimento; a utilização de raciocínio metodológico da área do conhecimento específico de cada disciplina; a compreensão das relações entre teoria e prática.

FORMAS E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO:

A autoavaliação do Curso compreende a análise do corpo docente, do corpo técnico administrativo bem como da infraestrutura que dá suporte ao curso. Para tanto, em conformidade com os critérios e metodologia propostos pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito são utilizados dados obtidos junto à Coordenação do Curso, ao Centro afeto e outros órgãos da universidade, bem como por meio de questionários que possibilitem a participação de acadêmicos e professores.

Na autoavaliação, três dimensões deverão ser analisadas: o processo de ensino-aprendizagem, a qualificação e adequação do corpo docente e a infraestrutura do curso.

É desejável que este processo de autoavaliação se realize bianualmente. As informações obtidas serão processadas pelo Núcleo Docente Estruturante e, posteriormente, discutidas pelo Colegiado do Curso. A partir desse conjunto de atividades elabora-se o planejamento para o próximo biênio com vistas ao contínuo aprimoramento do Curso.

Ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) compete acompanhar, consolidar e atualizar, permanentemente, o projeto político-pedagógico do curso, conforme Resolução nº 317/2011 – CEPE. Nesse sentido, possui o papel de garantir uma política de acompanhamento e avaliação da proposta político-pedagógica do

curso, a partir das deliberações do Colegiado de Curso, considerando a concepção, a estrutura, a organização e a integralização curricular da formação profissional para os necessários aprofundamentos, qualificação e redirecionamentos (atualização). São elementos do acompanhamento do NDE: os núcleos de fundamentação, as matrizes curriculares, os ementários, os planos de ensino, as metodologias, as estratégias pedagógicas, a avaliação ensino-aprendizagem e avaliação do curso. Além desse sistema de avaliação do curso, cabe destacar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), do MEC/INEP, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, formado pelo tripé: avaliação das instituições, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (Exame Nacional dos Estudantes - ENADE).

IV - ESTRUTURA CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS

Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. De Formação Geral			
1.1 1. Eixo fundamental		Ciência Política e Teoria do Estado	136
1.2 Conforme Resolução CNE/CES n.º 9/2004, que institui as Diretrizes Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito e dá outras providências, de 29 de setembro de 2004		Economia Política	68
		Deontologia Jurídica	68
		Filosofia Geral	68
		Filosofia Jurídica	68
		Psicologia Jurídica	68
		Sociologia Geral e Jurídica	136
1.3 2. Formação Profissional Conforme Resolução CNE/CES n.º 9/2004, que institui as Diretrizes Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito e dá outras providências, de 29 de setembro de 2004		Direito Administrativo	136
		Direito Civil I	136
		Direito Civil II	136
		Direito Civil III	136
		Direito Civil IV	136
		Direito Constitucional I	68
		Direito Constitucional II	136
		Direito Empresarial	136
		Direito Internacional Público	68
		Direito Internacional Privado	68
		Direito Penal I	136
		Direito Penal II	136
		Direito Penal III	68

		Teoria do Processo	136
		Direito Processual Civil I	136
		Direito Processual Civil II	136
		Direito Processual Penal	136
		Direito Processual do Trabalho	68
		Direito do Trabalho	136
		Direito Tributário	136
Subtotal			2.992
2. De Formação Diferenciada			
		Introdução ao Estudo do Direito	136
		Metodologia da Pesquisa Jurídica	68
		Disciplina Optativa I	68
		Disciplina Optativa II	68
		Optativa III	68
		Direito Previdenciário	68
		Direito Ambiental	68
		Criminologia	68
Subtotal			612
3. Estágio Supervisionado		Estágio de Prática Jurídica I	136
		Estágio de Prática Jurídica II	272
Subtotal			408
Trabalho de Conclusão de Curso		Trabalho de Curso	136
Subtotal			136
Atividades Acadêmicas Complementares (mínimo de 5%)		Atividades Acadêmicas Complementares	250
TOTAL DO CURSO			4.398

Observações:

1. Tendo em vista o ingresso de alunos no curso durante a vigência do primeiro semestre, decorrente de outras chamadas do vestibular e do SISU, será realizado um acompanhamento desses acadêmicos nas disciplinas do primeiro semestre do curso, por meio dos seguintes procedimentos: a. preferência na proposição de projetos de monitoria para os componentes curriculares do 1º e 2º semestres; b. estudos dirigidos dos acadêmicos em contraturno, acompanhados pelo professor da disciplina e disponibilidade do docente para atendimento; com datas diferenciadas para a realização das avaliações desses acadêmicos; acesso aos materiais/conteúdos já trabalhados pelo professor.

2. As áreas, matérias e disciplinas de formação geral devem ser idênticas ou equivalentes em quando se tratar de um mesmo curso oferecido em mais de um *campus*.

3. A carga-horária das disciplinas de formação diferenciada deve ser equivalente a, no máximo, cinquenta por cento da carga-horária total da formação geral.

4. As atividades acadêmicas extraclasse, realizadas durante a graduação, correspondem a estudos em biblioteca, e em laboratório, preparação de seminários, elaboração de trabalhos e relatórios, frequência em monitorias, trabalhos individuais e em grupo, participação em grupos de pesquisa, semanas acadêmicas, júri simulado, projetos técnicos e outros similares realizados na Instituição de Ensino, em atendimento às DCNs (Resolução CNE/CES no 003/2007 e Parecer CNE/CES no 261/2007). Regulamentado na UNIOESTE pela Resolução no 095/2016-CEPE.

V - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

Código	Disciplina	Pré-requisito Código	Carga-horária					Forma de Oferta
			Total	Teórica	Prática	APS	PCC	Sem/Anual
1º ano								
1	Introdução ao Estudo do Direito		136	136	00	00	00	Anual
2	Sociologia Geral e Jurídica		136	136	00	00	00	Anual
3	Economia Política		68	68	00	00	00	Anual
4	Metodologia da Pesquisa Jurídica		68	68	00	00	00	Anual
5	Ciência Política e Teoria do Estado		136	136	00	00	00	Anual
6	Psicologia Jurídica		68	68	00	00	00	Anual
7	Direito Constitucional I		68	68	00	00	00	Anual
Subtotal			680	680	00	00	00	
2º ano								
8	Direito Penal I	1	136	136	00	00	00	Anual
9	Direito Civil I	1	136	136	00	00	00	Anual
10	Teoria do Processo	1 e 7	136	136	00	00	00	Anual
11	Filosofia Geral		68	68	00	00	00	Anual
12	Direito Internacional Público	7	68	68	00	00	00	Anual
13	Direito Constitucional II	7	136	136	00	00	00	Anual
14	Direito Empresarial	1	136	136	00	00	00	Anual
Subtotal			816	816	00	00	00	
3º ano								
15	Direito Penal II	8	136	136	00	00	00	Anual
16	Direito Civil II	9	136	136	00	00	00	Anual
17	Direito Processual Civil I	10	136	136	00	00	00	Anual
18	Filosofia Jurídica	11	68	68	00	00	00	Anual
19	Direito do Trabalho		136	136	00	00	00	Anual
20	Optativa I		68	68	00	00	00	Anual
21	Direito Administrativo	13	136	136	00	00	00	Anual
Subtotal			816	816	00	00	00	
4º ano								
22	Direito Penal III	15	68	68	00	00	00	Anual
23	Direito Civil III	16	136	136	00	00	00	Anual
24	Direito Processual do Trabalho	17 e 19	68	68	00	00	00	Anual
25	Direito Processual Penal	8	136	136	00	00	00	Anual
26	Direito Processual Civil II	17	136	136	00	00	00	Anual
27	Deontologia Jurídica		68	68	00	00	00	Anual
28	Disciplina Optativa II		68	68	00	00	00	Anual

29	Estágio de Prática Jurídica I	17	136	00	136	00	00	Anual
Subtotal			816	680	136	00	00	
5° ano								
30	Direito Civil IV	23	136	136	00	00	00	Anual
32	Direito Internacional Privado	9 e 13	68	68	00	00	00	Anual
33	Direito Ambiental	13 e 21	68	68	00	00	00	Anual
34	Direito Tributário	13, 21, 26	136	136	00	00	00	Anual
35	Direito Previdenciário	13	68	68	00	00	00	Anual
36	Criminologia		68	68	00	00	00	Anual
37	Disciplina Optativa III		68	68	00	00	00	Anual
38	Trabalho de Curso		136	00	136	00	00	Anual
39	Estágio de Prática Jurídica II	29	272	00	272	00	00	Anual
Subtotal			1.020	612	408	00	00	
TOTAL DE DISCIPLINAS			4.148					
Atividades Acadêmicas Complementares			250					
TOTAL DO CURSO			4.398					



VI - CARGA-HORÁRIA DO CURSO COM DESDOBRAMENTO DE TURMAS

DISCIPLINA			C/H TEÓRICA			C/H PRÁTICA					TCC ESTÁGIO		C/H Total de Ensino
	Ano Período	C/H Total	C/H Teórica	*A/D Teórica	Total	C/H Prática	Nº de Grupos	Sub-total	Prática	Total	Nº de Alunos	To-tal	
		1	2	3	4=2+3	5	6	7=5 x 6	8	9=7+8	10	11	
1º ano													
Introdução ao Estudo do Direito		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Sociologia Geral e Jurídica		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Economia Política		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Metodologia da Pesquisa Jurídica		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Ciência Política e Teoria do Estado		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Psicologia Jurídica		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Direito Constitucional I		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Subtotal		680	680	680	1.360	00	00	00	00	00	00	00	1.360
2º ano													
Direito Penal I		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Direito Civil I		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Teoria do Processo		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Filosofia Geral		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Direito Internacional Público		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136



Direito Constitucional II		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Direito Empresarial		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Subtotal		816	816	816	1.632	00	00	00	00	00	00	00	1.632
3° ano													
Direito Penal II		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Direito Civil II		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Direito Processual Civil I		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Filosofia Jurídica		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Direito do Trabalho		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Optativa I		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Direito Administrativo		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Subtotal		816	816	816	1.632	00	00	00	00	00	00	00	1.632
4° ano													
Direito Penal III		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Direito Civil III		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Direito Processual do Trabalho		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Direito Processual Penal		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Direito Processual Civil II		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Deontologia Jurídica		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Disciplina Optativa II		68	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Estágio de Prática Jurídica I		136	00	00	00	136	01	00	00	272	40	1.700	1972
Subtotal		816	680	680	1.360	136	01	00	00	136	00	00	3.468
5° ano													
Direito Civil IV		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Direito Internacional Privado		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Direito Ambiental		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Direito Tributário		136	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272



Direito Previdenciário		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Criminologia		68	68	68	136	00	00	00	00	00	00	00	136
Disciplina Optativa III		68	136	136	272	00	00	00	00	00	00	00	272
Trabalho de Curso		136	00	00	00	136	01	00	00	272	40	1.700	1.972
Estágio de Prática Jurídica II		272	00	00	00	272	01	00	00	272	40	1.700	1.972
Subtotal		1.020	612	612	1.224	410		00	00	408		3.400	5.304
TOTAL													13.396

★ Em relação à carga-horária de A/D (Apoio Didático), seguir a Resolução que aprova critérios para a elaboração e a determinação do Índice de Atividades de Centro - IAC. Caso haja necessidade de aumento de turmas ocasionadas por reprovação, conforme limite máximo de alunos por grupo, prever desdobramento temporário.

VII - QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DO CURSO

CURRÍCULO EM VIGOR			CURRÍCULO PROPOSTO		
Código	Disciplina	C/H	Código	Disciplina	C/H
1	Introdução ao Estudo do Direito (1°. ano)	136	1	Introdução ao Estudo do Direito (1°. ano)	136
2	Sociologia Geral e Jurídica (1°. ano)	136	2	Sociologia Geral e Jurídica (1°. ano)	136
11	Filosofia Geral	68	11	Filosofia Geral (2°. ano)	68
18	Filosofia Jurídica (3°. ano)	68	18	Filosofia Jurídica (3°. ano)	
3	Economia Política (1°. ano)	68	3	Economia Política (1°. ano)	68
4	Metodologia da Pesquisa (1°. ano)	68	4	Metodologia da Pesquisa Jurídica (1°. ano)	68
5	Ciência Política e Teoria do Estado (1°. ano)	136	5	Ciência Política e Teoria do Estado (1°. ano)	136
7	Direito Constitucional I (1°. ano)	68	7	Direito Constitucional I (1°. ano)	68
8	Direito Penal I (Parte Geral) (2°. ano)	136	8	Direito Penal I (2°. ano)	136
9	Direito Civil I (2°. ano)	136	9	Direito Civil I (2°. ano)	136
10	Teoria do Processo (2°. ano)	136	10	Teoria do Processo (2°. ano)	136
13	Direito Constitucional II (2°. ano)	136	13	Direito Constitucional II (2°. ano)	136
14	Direito Empresarial I (2°. ano)	136	14	Direito Empresarial I (2°. ano)	136
15	Direito Penal II (3°. ano)	136	15	Direito Penal II (3°. ano)	136
16	Direito Civil II (3°. ano)	136	16	Direito Civil II (3°. ano)	136
17	Direito Processual Civil I (3°. ano)	136	17	Direito Processual Civil I (3°. ano)	136
20	Direito Empresarial II (3°. ano)	68	20	Direito Empresarial II (3°. ano)	68
19	Direito do Trabalho	136	19	Direito do Trabalho (3°. ano)	136
20	Direito Administrativo (3°. ano)	136	20	Direito Administrativo (3°. ano)	136
12	Direito Internacional Público (2°. ano)	68	12	Direito Internacional Público (2°. ano)	68

32	Direito Internacional Privado (5° ano)	68	32	Direito Internacional Privado (5° ano)	68
22	Direito Penal III (4°. ano)	68	22	Direito Penal III (4°. ano)	68
23	Direito Civil III (4°. ano)	136	23	Direito Civil III (4°. ano)	136
24	Direito Processual do Trabalho (4°. ano)	68	24	Direito Processual do Trabalho (4°. ano)	68
21	Direito Administrativo (3°. ano)	136	21	Direito Administrativo (3°. ano)	136
26	Direito Processual Civil II (4°. ano)	136	26	Direito Processual Civil II (4°. ano)	136
25	Direito Processual Penal (4°. ano)	136	25	Direito Processual Penal (4°. ano)	136
29	Estágio de Prática Jurídica (4°. ano)	136	29	Estágio de Prática Jurídica (4°. ano)	136
30	Direito Civil IV (5°. ano)	136	30	Direito Civil IV (5°. ano)	136
31	Direito Ambiental (5°. ano)	68	31	Direito Ambiental (5°. ano)	68
34	Direito Tributário (5°. ano)	136	34	Direito Tributário (5°. ano)	136
33	Criminologia (5°. ano)	68	36	Criminologia (5°. ano)	68
27	Deontologia Jurídica (4°. ano)	68	27	Deontologia Jurídica (4°. ano)	68
39	Estágio de Prática Jurídica II (5°. ano)	272	39	Estágio de Prática Jurídica II (5°. ano)	272
38	Trabalho de Conclusão de Curso (5°. ano)	136	38	Trabalho de Conclusão de Curso (5°. ano)	136
6	Psicologia Jurídica (1°. ano)	68	6	Psicologia Jurídica (1°. ano)	68
	Optativa I (3° ano)	68		Optativa I (3° ano)	68
	Optativa II (4° ano)	68		Optativa II (4° ano)	68
	Optativa III (5° ano)	68		Optativa III (5° ano)	68

VIII - PLANO DE IMPLANTAÇÃO

No que tange às alterações e adequações legislativas ocorridas no PPP/2017 – aplicável a todas as turmas a partir de 2018.

IX - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

Primeiro Ano do Curso de Direito:

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Direito, Sociedade e Estado. Ciências afins do Direito. Direito como objeto de conhecimento: origens, significados e funções. Direito: como dogma, como ordenação racional, como norma posta e como instrumento decisório. O Direito e os limites da racionalidade cartesiana. O Direito objetivo: a norma jurídica e a teoria do Direito. A hermenêutica jurídica tradicional: a aplicação do Direito e a interpretação da lei. O Direito subjetivo: os titulares dos direitos subjetivos; os direitos da personalidade; modalidades do direito subjetivo; a relação jurídica; os direitos humanos e as liberdades democráticas. Justiça: definição, espécies e noções de administração. O direito como ciência e a crise do paradigma positivista. A superação da ciência dogmática do Direito. A nova hermenêutica jurídica. O constitucionalismo moderno e contemporâneo. Novos paradigmas e categorias da nova hermenêutica constitucional. A constitucionalização do Direito. O Direito como ciência e a revolução paradigmática da complexidade.				

Disciplina: Sociologia Geral e Jurídica				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Surgimento da Sociologia e sua contribuição para compreensão do coletivo. O pensamento sociológico clássico: Comte, Weber, Marx, Dürkheim. Conceitos sociológicos básicos: cultura e sociedade, controle, processos e mudança social. Atualização dos temas da sociologia geral. Sociologia do Direito. Estrutura do direito e da sociedade. Direito e cidadania. Controle e mudança social. Direito e anomia. Pluralismo jurídico.				

Disciplina: Economia Política				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: Conceitos e objeto de estudo da Economia. Divisão do estudo econômico: macroeconomia e microeconomia. Sistemas econômicos. Relações entre direito e economia. Economia pré-capitalista: do feudalismo ao mercantilismo. Economia Política clássica: Smith, Ricardo e Malthus. As ideias socialistas e as contribuições de Karl Marx. Noções gerais do pensamento neoclássico. As ideias Keynesianas. O Neoliberalismo e as características e tendências do capitalismo contemporâneo. Políticas econômicas: objetivos, meios e fins. Formação econômica e política brasileira.				

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: A pesquisa jurídica: características, espécies, métodos. Etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações, redação do relatório. Da redação acadêmica. Elaboração de projetos de pesquisa e de extensão: estrutura e conteúdo. Relatórios de pesquisa e de extensão jurídicas. Artigo científico e trabalho monográfico.				

Disciplina: Ciência Política e Teoria do Estado				
Carga Horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Ciência Política e Teoria Geral do Estado - noções elementares. A sociedade e o Estado. O Estado e o poder. O Estado e o direito. Formas de Estado. Formas de Governo. Declarações de Direitos. Democracia.				

Disciplina: Psicologia Jurídica				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: Introdução ao estudo da Psicologia. Desenvolvimento Psicologia Jurídica no Brasil e sua relação com o Direito.				

Disciplina: Direito Constitucional I				
--------------------------------------	--	--	--	--

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: Estado e Constituição. Origem e características do Constitucionalismo. Conceitos de Constituição. Classificação das Constituições. Direito Constitucional: conceito, fontes e objeto. Teoria da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Teoria dos Princípios Constitucionais e Regras Constitucionais. Poder Constituinte: originário, derivado, difuso e supranacional. Tratados internacionais e Constituição. Histórico das Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988: objetivos e princípios fundamentais. Direitos Humanos. Inclusão Social. Direitos e Garantias Fundamentais. Dos direitos individuais. Direitos Sociais. Igualdade, Ações Afirmativas e Minorias. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Dos direitos políticos. Dos partidos políticos. Da nacionalidade.				

Segundo Ano do Curso de Direito:

Disciplina: Direito Penal I				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Introdução. A Norma Penal. Aplicação da Lei Penal. Do Crime. Da Ação. Da Tipicidade. Da Tentativa. Da Injuriabilidade. Da Culpabilidade. Do Concurso de Pessoas. Das Penas. Concurso de Crimes.				

Disciplina: Direito Civil I				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Teoria Geral do Direito Privado. Princípios orientadores do Direito Civil. Fontes do Direito. Interpretação e integração da norma jurídica. Relação jurídica e direitos subjetivos. Conflito de leis no tempo (Direito intertemporal). Sujeitos de Direito: personalidade jurídica. Pessoas naturais: estado e capacidade; incapacidade; emancipação; domicílio e residência; morte e ausência; registro civil de pessoas naturais. Bioética e Biodireito. Direitos de personalidade. Pessoas Jurídicas: natureza; classificação, limites da personalidade jurídica e				

desconsideração desta; registro civil de pessoas jurídicas. Domicílio. Objeto de direitos: os bens e sua classificação; o patrimônio geral e patrimônios especiais. Fatos jurídicos, atos jurídicos, atos ilícito e negócios jurídicos: caracterização. O negócio jurídico e seus elementos constitutivo, essenciais e acidentais (condição, termo e modo). Invalidade e ineficácia do negócio jurídico: erro, dolo, coação, simulação, etc. atos ilícitos e abuso de direito. Fatos justificados: estado de necessidade; legítima defesa, etc. extinção de direitos: adimplemento, prescrição, decadência, renúncia.

Disciplina: Teoria do Processo

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			

Ementa: Processo e Constituição. Acesso à Justiça. Princípios constitucionais do processo. Princípios Gerais do Direito Processual. Fontes do Direitos Processual. As leis processuais no tempo e no espaço. Institutos Fundamentais do direito processual: ação, jurisdição e processo. Relação processual. Sujeitos do Processo. Atos Processuais. Competência. Poder Judiciário. Ministério Público. A emenda constitucional nº 45/04 e as reformas processuais. Métodos alternativos de solução de conflitos.

Disciplina: Filosofia Geral

Carga Horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			

Ementa: História da filosofia, sob a perspectiva dos pré-socráticos, da metafísica clássica (grega, romana e medieval), da metafísica moderna (racionalismo, empirismo e idealismo) e da filosofia contemporânea (niilismo, analítica e existencialismo).

Disciplina: Direito Internacional Público

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			

Ementa: Introdução e desenvolvimento histórico do Direito Internacional Público. Sujeitos de Direito Internacional Público: Estado, Organizações Internacionais, Coletividades não estatais. O indivíduo nas relações internacionais. Fontes

do Direito Internacional Público. Costume. Tratados. Tratados Internacionais e Direitos Humanos. Princípios Gerais do Direito Internacional. Atos unilaterais. Atos das Organizações Internacionais. Doutrina e jurisprudência. Conflitos de normas no Direito Internacional Público. Conflito de normas de Direito Internacional Público e de Direito Interno. Responsabilidade Internacional. Jurisdição do Estado: população e nacionalidade, Imunidade de Estado, Imunidade Diplomática, Imunidade Consular, Proteção diplomática, Condição do Estrangeiro. Solução de conflitos: solução pacífica de conflitos, solução não pacífica de conflitos. Domínio Público Internacional: domínio territorial e aéreo, rios internacionais, espaço exterior, domínio marítimo, Ártico e Antártida.

Disciplina: Direito Constitucional II				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Do Federalismo Brasileiro. Sistema de repartição de competência. Da organização dos Poderes. Poder Legislativo: Estatuto dos Congressistas, Processo Legislativo Ordinário e Especial, CPI. Poder Judiciário: garantias, organização e competências Constitucionais. Funções Essenciais à Justiça. Poder Executivo: atribuições do Presidente da República, sucessão e vacância, responsabilidade do Presidente da República, imunidades e prerrogativas. Constituição no tempo: recepção, repristinação, desconstitucionalização, inconstitucionalidade superveniente e revogação. Interpretação das normas constitucionais. Filtragem Constitucional. Hermenêutica Constitucional. Do controle de Constitucionalidade. Controle Difuso e Abstrato (ADI, ADC, ADPF). Repercussão Geral. Súmula Vinculante. Das Ações Constitucionais: Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Habeas Corpus, Habeas Data. Da administração pública. Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Constituição Estadual e Lei Orgânica.				

Disciplina: Direito Empresarial *				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			

Ementa: Origem e evolução histórica. A ordem econômica na Constituição. Empresa e empresário. Direito Societário. Microempresa e empresa de pequeno porte. Propriedade Industrial. Títulos de crédito. Falência. Recuperação de empresas. Arbitragem. Contratos empresariais. Responsabilidade empresarial no Código de Defesa do Consumidor.

Terceiro Ano do Curso de Direito:

Disciplina: Direito Penal II				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Das Penas: Espécies, Cominação, Aplicação, Suspensão Condicional, Livramento Condicional, Efeitos da Condenação, Reabilitação. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal. Da Extinção Da Punibilidade. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública.				

Disciplina: Direito Civil II				
Carga-Horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Conceito de Obrigação: sujeito, objeto, conteúdo, finalidade. Classificação das obrigações. Pagamento. Formas de Pagamento Indireto. Responsabilidade Civil Contratual: inadimplemento das obrigações. Mora. Juros. Cláusula Penal. Arras. Teoria geral dos contratos. Princípios Orientadores. Vícios redibitórios. Evicção. Compra e venda. Permuta. Promessa de compra e venda. Doação. Locação. Prestação de serviços. Empreitada. Comodato e mútuo. Depósito. Mandado e gestão de negócios. Sociedades. Constituição de renda. Jogo e apostas. Fiança. Contratos inominados.				

Disciplina: Direito Processual Civil I				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			

Ementa: Princípios. Disposições gerais do Código de Processo Civil. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de Conhecimento: procedimento comum. Petição inicial. Tutela provisória, de urgência e evidência. Citação. Resposta do Réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Saneamento. Teria Geral das Provas. Audiências. Sentença e coisa julgada. O Processo nos Tribunais: uniformização de jurisprudência, ação rescisória, homologação de sentença estrangeira, assunção de competência, incidente de resolução de demandas repetitivas e reclamação. Sistema de Precedentes. Recursos: apelação, agravos, embargos, recursos inominados, recurso especial, recurso extraordinário.

Disciplina: Filosofia Jurídica				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: História da filosofia com os aspectos jurídicos nela contidos sob os pressupostos da justiça, do direito positivo (legalismo) e do constitucionalismo contemporâneo. Jusnaturalismo. Juspositivismo. Jusconstitucionalismo.				

Disciplina: Direito do Trabalho				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Introdução: o trabalho e o Direito. Parte Geral: Caracterização do Direito do Trabalho; Fontes do direito do trabalho; Princípios; Aplicação no tempo e no espaço; Prescrição e decadência. Direito Internacional do Trabalho. Direito Individual do Trabalho: Relação de trabalho e relação de emprego; Empregado e empregador; Terceirização trabalhista; Contrato de trabalho: caracterização, modalidades, efeitos, o poder no contrato de trabalho, formação e alteração, interrupção e suspensão, extinção contratual. Remuneração e salário; Duração do trabalho e períodos de descanso; Estabilidade e garantias de emprego; Fundo de garantia por tempo de serviço. Direito Coletivo do Trabalho: Princípios, Organização sindical brasileira; Formas de solução de conflitos coletivos; Greve.				

Disciplina: Optativa I				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC

68 h	68 h			
------	------	--	--	--

Disciplina: Direito Administrativo				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Atividades e funções do Estado: A Atividade de Administração Pública. Direito administrativo: Conceito e Fontes. Principiologia e Sistema de Direito Administrativo. Regime Jurídico de Direito Público. Organização Estrutural da Administração Pública: Órgãos e Agentes Públicos. Teoria Geral do Serviço Público. Limitação da Autonomia Privada: Poder de Polícia. Poder Regulamentar. Teoria dos Atos Administrativos. Processo Administrativo. Estrutura Administrativa do Estado: Bens Públicos. Função Administrativa: Licitação e Contratos Administrativos. Responsabilidade Civil do Estado. Do Controle da Administração Pública. Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico.				

Quarto Ano do Curso de Direito:

Disciplina: Direito Penal III				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: Leis penais extravagantes.				

Disciplina: Direito Civil III				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Responsabilidade Civil Extracontratual: subjetiva e objetiva. Origens, pressupostos, elementos. Dano Material. Dano Moral. Dano Estético. Indenização e seus limites. Perdas e danos. Responsabilidade Civil Contratual e seu Confronto com a Responsabilidade Civil Extracontratual. Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor. Direitos reais. Posse. Propriedade. Condomínio. O problema da terra no Brasil: reforma agrária e urbana. Direitos reais sobre coisas alheias: de gozo, de aquisição e de garantia. Registro de Imóveis.				

Disciplina: Direito Processual do Trabalho				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: Conceito. Histórico. Princípios. Conflitos individuais e coletivos e tutela processual. Justiça do Trabalho: organização e competência. Ministério Público do Trabalho. Ação, processo e procedimento e Direito Processual do Trabalho. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades processuais. Partes e Procuradores. Dissídios individuais. Dissídios coletivos. Recursos. Execução. Procedimentos especiais.				

Disciplina: Direito Processual Penal				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Teoria Geral do Direito Processual Penal. Inquérito Policial. Prisão provisória. Ação penal pública, privada e privada subsidiária. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Sanções processuais. Nulidade e exceções. Teoria Geral da Prova. atos de comunicação processual. Procedimento comum e demais constantes do Código de Processo Penal. Júri. Recursos. Processos constantes de leis especiais.				

Disciplina: Direito Processual Civil II				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Do Processo de Execução. Responsabilidade patrimonial. Liquidação de sentença. Cumprimento de Sentença. As diversas espécies de execução. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Remição. Suspensão e extinção do processo. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução para entrega de coisa. Execução contra devedor insolvente (panorama geral). Embargos do devedor. Impugnação ao cumprimento de sentença. Embargos de terceiro. Execução contra a Fazenda Pública. Execução Alimentos. Execução Fiscal. Tutela provisória de urgência. Medidas cautelares nominadas e inominadas. Procedimentos Especiais: procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação extravagante.				

Disciplina: Deontologia Jurídica

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: Ética geral. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas.				

Disciplina: Estágio de Prática Jurídica				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h		136 h		
Ementa: Trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, penal, trabalhista, forense e não forense. Noções sobre exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica.				

Disciplina: Optativa II				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			

Quinto Ano do Curso de Direito:

Disciplina: Direito Civil IV				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: As famílias: conceito jurídico e sociológico. As famílias na Constituição de 1988. A constitucionalização do Direito Civil e do Direito das Famílias. Casamento: processo de habilitação, impedimentos e sua oposição. Efeitos jurídicos do casamento. União estável. Dissolução da sociedade conjugal e divórcio. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Tutela. Curatela. Ausência. Relação de parentesco. Alimentos. Adoção. Princípios gerais do direito sucessório. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e Partilha. Fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069/90) Disposições gerais sobre o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003).				

Disciplina: Direito Internacional Privado				
---	--	--	--	--

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: Conceito de Direito Internacional Privado. História e principais doutrinas. Fontes. Codificações e tentativas de codificação. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos interestaduais. Aplicação, prova e interpretação do Direito Estrangeiro. Questões de Direito Civil Internacional. Questões de Direito Processual Civil Internacional. Cooperação Judicial Internacional.				

Disciplina: Direito Ambiental				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: A crise ambiental. O desenvolvimento histórico do Direito Internacional Ambiental. Mudança de Paradigma Jurídico: direitos difusos, sociedade de massa, sociedade de risco e novas dimensões dos direitos fundamentais. O direito fundamental ao meio ambiente. Direito Ambiental: conceito e autonomia. Correntes filosóficas do Direito Ambiental. Princípios do Direito Ambiental. O meio ambiente na Constituição Federal. O bem ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente: objetivos, diretrizes, SISNAMA e instrumentos. Legislação ambiental e recursos naturais: florestas, recursos hídricos, unidades de conservação, fauna, mineração, energia nuclear, biossegurança, poluição, resíduos sólidos, etc. Responsabilidade jurídica por danos e infrações ambientais.				

Disciplina: Direito Tributário				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h	136 h			
Ementa: Sistema Tributário nacional: princípios constitucionais tributários. Competência impositiva. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Normas Gerais de Direito tributário. Direito Tributário Penal. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial tributário. Tributos: Federais, Estaduais e Municipais.				

Disciplina: Direito Previdenciário				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			

Ementa: Seguridade Social na perspectiva jurídica. Previdência Social no Brasil. Regime Geral da Previdência Social. Previdência Social do Servidor Público. Previdência Complementar.

Disciplina: Criminologia				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			
Ementa: Introdução à Criminologia. Objeto. Método. Relações com as demais Ciências Criminais. Perspectiva histórica do saber criminológico. História da Criminologia. Escola Clássica e Escola Positivista. As Teorias Sociológicas. Escola de Chicago. Estrutural-Funcionalismo. Teoria das Subculturas Delinquentes. Marxismo. Individualismo Metodológico. Interacionismo Simbólico. Teoria do Etiquetamento. Criminologia Crítica. Movimentos radicais da Criminologia. Movimento abolicionista. Realismo e Pós-Modernismo criminológico. Temas especiais: Crime do colarinho branco. Cifra negra da criminalidade. Adolescente infrator. Bullying. Crime organizado. Polícia e Segurança pública. Mídia e criminalidade. Política criminal sobre drogas.				

Disciplina: Optativa III				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
68 h	68 h			

Disciplina: Trabalho de Curso				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
136 h		136 h		
Ementa: Elaboração de um trabalho de conclusão de curso, de cunho científico, relacionado com a área jurídica, voltado para os conhecimentos e experiências acumulados durante o curso de graduação e a formação acadêmica.				

Disciplina: Estágio de Prática Jurídica II				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	APS	PCC
272 h		272 h		

Ementa: Trabalhos orientados de prática jurídica real em penal, civil, trabalhista, tributário, forense e não forense. Noções sobre exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica.

X - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICA

O Curso de Direito da Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu, realiza atividades de discussão, elaboração de textos e pareceres acerca de temas jurídicos estudados, elaboração de peças processuais e outros documentos jurídicos, como forma de complementação à formação acadêmica de seus alunos na realização do processo de ensino aprendizagem.

XI - DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio de Prática Jurídica é realizado conforme regulamento próprio, com carga-horária total de 406 horas. Essa carga-horária é dividida na 4ª e 5ª séries do curso, sendo Estágio de Prática Jurídica I, com 136 horas e Estágio de Prática Jurídica II, com 272 horas.

A disciplina de Estágio de Prática Jurídica I tem como característica a realização de trabalhos simulados em ambiente de laboratório, orientados por professor supervisor, nas diversas áreas de atuação do profissional jurídico.

A disciplina de Estágio de Prática Jurídica II tem como característica a realização de atendimento, acompanhamento de audiências e prática forense realizada através dos Núcleos de Atendimento e Prática Jurídica da Unioeste ou em órgãos ou escritórios de advocacia conveniados, sempre sob orientação de um supervisor técnico da entidade estagiada e de um professor supervisor indicado pelo Curso de Direito.

Como exemplos das atividades de prática citam-se os Núcleos do PATRONATO, que atende assistidos que se encontram em regime especial ou alternativo de cumprimento de pena auxiliando sua reinserção social; NEDDIJ, que atende as demandas de competência da Vara da Infância e Juventude e na divulgação do Estatuto da Criança e adolescente e o Núcleo de Prática Jurídicas que atende demandas criminais e de direito de família e cíveis.

XII - DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Curso é regido por regulamento próprio, aprovado pelo Colegiado do Curso de Direito e demais instâncias competentes da Unioeste. O TCC deve ser realizado na modalidade de Monografia, de forma individual, na área de Direito e tendo como objeto pelo menos uma das subáreas determinadas pelo CNPQ.

XIII - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Todo aluno deve cumprir atividades complementares, distribuídas em, pelo menos, dois anos do Curso e obedecidas às normas vigentes determinadas pelas Diretrizes da Unioeste e pelo Colegiado do Curso de Graduação em Direito, 250 horas de atividades complementares, envolvendo ensino, pesquisa, extensão e estágio.

XIV - DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é ponto crucial nas diretrizes estabelecidas pela Unioeste para seus cursos de graduação. Assim sendo, o Curso de Direito contempla a constante busca pela construção e consolidação de conhecimento científico. Para tanto, incentivará as atividades de pesquisa específica e interdisciplinar, de modo que esta seja, efetivamente, propulsora da relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A participação dos acadêmicos se dá na pesquisa por meio de projetos de iniciação científica e de vinculação a grupos de pesquisa, sempre com a orientação e supervisão dos professores do curso.

No campo da pesquisa, o curso tem se destacado no incentivo à iniciação científica com a realização de um evento anual com a característica principal de promover a divulgação da produção dos acadêmicos de Direito da Unioeste e de toda a região. Esse trabalho produz seus frutos com a criação e fortalecimento de projetos e grupos de pesquisa voltados para áreas específicas do Direito. Acerca da produção e divulgação do conhecimento científico o Curso de Direito conta com a Revista Jurídica "Direito Sem Fronteiras".

XV - DESCRIÇÃO DA EXTENSÃO

No âmbito da extensão, encontra-se, propriamente, a relação entre comunidade acadêmica e sociedade através do processo dialético de teoria/prática, criando a ligação entre os conhecimentos adquiridos e a realidade prática, favorecendo a interdisciplinaridade e a democratização do conhecimento acadêmico e científico.

A integração entre graduação, pesquisa e extensão se dá através das atividades propostas e desenvolvidas em conjunto pelo corpo docente e discente do curso. Essas atividades buscam atender às demandas da comunidade na área jurídica, sendo uma forma de cumprir a função social da Instituição, prestando serviços à sociedade em suas necessidades mais prementes.

Nesse sentido, o Curso de Direito promove cursos e seminários de qualificação e atualização nas diversas áreas do Direito, além de projetos de extensão e da participação em programas desenvolvidos pelos demais cursos das Unioeste - *Campus* de Foz do Iguaçu.

Nas práticas de extensão, o Curso conta com os Núcleos do PATRONATO, que atende assistidos que se encontram em regime especial ou alternativo de cumprimento de pena; o NEDDIJ, que atende as demandas de competência da Vara da Infância e Juventude e o Núcleo de Prática Jurídica. Ressalta-se, a participação do Curso no Programa de Extensão UNATI - Universidade Aberta da Terceira Idade.



XVI - CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO		RT- TIDE	DISCIPLINAS (listar as disciplinas ministradas pelo docente na atual proposta)
	Graduação e Pós-graduação Área de conhecimento da titulação (Descrever a área do título)	Ano de conclusão e Instituição da última titulação		
Alfredo Copetti Neto	Graduado em Direito Mestre em Direito Doutor em Direito.	2010 Universidade de Roma III	40 h	Sociologia Geral e Jurídica Filosofia Jurídica Optativa III - Compliance Jurídico.
Carlos Alberto da Silva	Graduado em Filosofia/Direito Mestre em Direito	2005 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	40 h TIDE	Direito Empresarial Direito Civil I
Carolina Spack Kemmelmeier	Graduado em: Direito Mestre em: Direito Negocial Doutora em Direito	2017 Universidade de São Paulo	40 horas	Direito do Trabalho Direito Previdenciário
Denise Rissato	Graduada em Ciências economias Mestre em Economia Aplicada Doutora em Políticas Públicas	2015 UERJ	40 horas TIDE	Economia Política



Cláudia Barbosa	Graduado em: Psicologia Mestre em: Psicologia Doutora em Psicologia	2008 Universidade de São Francisco	40 horas	Psicologia Jurídica
Elaine Cristina Francisco Volpato	Graduado em: Direito Mestre em: Teoria Geral do Estado Doutorado em Direito pela UFPR	2016 Universidade Federal do Paraná	40 h TIDE	Deontologia Optativa II - Direito Financeiro
Fernando Luiz de Nadai Wrobel	Graduado em: Direito Extensão Universitária	2004 Universidade Virtual Brasileira	40 h	Direito Processual do Trabalho Direito Processual Civil II
Isadora Minotto Gomes Schwertner	Graduado em: Direito Especialista em: Direito Civil e Processual Civil Mestre em: Direito Constitucional Econômico Doutorado em: Direito pela UFPR	2016 Universidade Federal do Paraná	40 h	Direito Processual Civil I Prática Jurídica II
Jorge da Silva Giulian	Graduado em: Segurança Pública/Direito Especialista em: lato sensu em Meio-Ambiente, Gestão e Segurança de Trânsito Mestre em: Direito Doutorado em Direito pela UFPR.	2016 Universidade Federal do Paraná	40 h	Direito Processual Penal Criminologia
Júlio César Garcia	Graduado em: Direito Pós-Graduação em: Direito Ambiental Norte-Americano	2016	40 h TIDE	Direito Ambiental

	Especialista em: Planejamento e Gestão Ambiental Mestre em: Direito Doutorado em: Direito pela UFPR	Universidade Federal do Paraná		Optativa I - Direito Sustentabilidade e Unidades de Conservação da Natureza. Optativa II - Direito do Consumidor
Lissandra Espinosa de Mello Aguirre	Graduada em: Direito. Especialista em: Direito Público. Mestre em: Direito. Doutorado em: Direito pela UFPR.	2016 Universidade Federal do Paraná	40 h TIDE	Direito Constitucional I Direito Constitucional II
Luciano Fernandes Motta	Graduado em: Direito Mestre em: Direito Doutorado em: Direito pela UNISSINOS	2008 Universidade do Vale do Rio dos Sinos	24 h	Direito Tributário
Marcos Vinícius Affornalli	Graduado em: Direito Mestre em: Direito Doutorado em: Direito pela UFPR	2016 Universidade Federal do Paraná	40 h	Direito Administrativo Prática Jurídica I
Roberto Malta da Silva	Graduado em: Direito Mestre em: Direito Doutor em: Ciencias Juridicas e Sociales	2008/ Universidad del Museo Social Argentino	40 h	Introdução ao Estudo do Direito Direito Civil IV



Sergio Rodrigo Martinez	Graduado em: Direito Mestre em: Direito Negocial Doutorado em: Direito Pós-Doutor em: Direito PUC/RS 2011	2003 Universidade Federal do Paraná	40 h	Direito Civil II Trabalho de Conclusão de Curso.
Dhiogo Raphael Anoiz	Graduado em: Direito Especialista em: Controle da Gestão Pública Mestrado em andamento	2015 Universidade Federal de Santa Catarina	PSS RT24	Direito Penal III
Fabiana Irala de Medeiros	Graduada em: Direito Mestrado em: Direito.	2011 PUC/PR	PSS RT 12	Direito Penal I
Fabio Aristimunho Vargas	Graduado em: Direito Mestre em: Direito Doutorado em: Integração da América Latina	2015 Universidade de São Paulo	PSS RT12	Ciência Política e Teoria do Estado Direito Internacional Público
Thaynã Dávilla Sávio	Graduada em: Direito Mestrado em: Sociedade Cultura e Fronteira	2016 Universidade Estadual do Oeste do Paraná	PSS RT 12	Teoria do Processo
Thiago Pelegrinelli Engelage	Graduado em: Direito Mestrado em: Sociedade, Cultura e Fronteira	2017 Universidade Estadual do	PSS RT 24	Direito Processual Civil II



		Oeste do Paraná		Direito internacional Privado Direito Civil III Metodologia da Pesquisa Jurídica
Viviane Bonfim Fernandes	Graduada em: História Mestrado em: Filosofia Doutorado em: Filosofia	2015 Universidade Federal da Bahia	PSS RT 24	Filosofia Geral

RESUMO QUANTITATIVO DE DOCENTES PELA ÚLTIMA TITULAÇÃO:

Graduados: 1
 Especialistas: 1
 Mestres: 04
 Doutores: 14
 Pós-Doutores: 1
 TOTAL: 21

XVII - RECURSOS EXISTENTES E NECESSÁRIOS:

A) RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO - TÉCNICOS E DOCENTES:

1. Recursos humanos existentes.
 - 15 Professores Concursados Efetivos;
 - Professores aprovados no 33º Concurso Público que aguardam nomeação;
 - 6 Professores em regime de Teste Seletivo; considerando os cargos de administração, licenças sem vencimentos, processo de implantação do PPP, licenças especiais.
2. Recursos humanos necessários.
 - 1 Servidor Público Agente Universitário
 - 1 Estagiário
 - 3 Professores Concursado para concluir a implantação das vagas necessárias conforme IAC;
 - ✓ Professores em regime de Teste Seletivo, considerando o processo de implantação do PPP, os cargos de administração exercidos por docentes, licenças sem vencimentos de docente e licenças especiais.

B) RECURSOS FÍSICOS:

- 1 - Recursos físicos existentes:
 - 5 salas de aula;
 - 1 sala de Coordenação do Curso;
 - 1 sala para estágio em Práticas Jurídicas.
 - 2 auditórios do Campus cada um com capacidade respectiva de 120 e 400 pessoas.

Em conformidade com o Decreto n. 5.296/2004, os recursos físicos existentes permitem o acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Há de rampas de acesso e banheiros adaptados no bloco K onde se localizam as salas de aula do Curso de Direito.

C) RECURSOS MATERIAIS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO:

- 1 - Recursos materiais existentes:
 - 3 computadores;
 - 5 aparelhos de projetor multimídia, um em cada sala de aula;

- 1 Notebooks;
- 1 impressora a laser;
- 1 balcão com armários;
- Estantes;
- 3 arquivos suspensos.

D) RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS:

1- Recursos bibliográficos existentes:

- 1.1. Direito: 2.063 títulos - total de acervos
- 1.2. Total de Exemplares: 3892 volumes;
- 1.3. Periódicos: total de acervos 52, total de exemplares: 1056.
- 1.4. Centro de Ciências Sociais Aplicadas: 8.054 títulos - total de acervos 16.135.

D) RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS:

Recursos bibliográficos existentes:

Direito: 2.063 títulos - total de acervos

Total de Exemplares: 3892 volumes;

Periódicos: total de acervos 52, total de exemplares: 1.056.

Centro de Ciências Sociais Aplicadas: 8.054 títulos - total de acervos 16.135.

E) RECURSOS DE LABORATÓRIOS:

Recursos existentes de laboratório: Sala do Tribunal do Júri, local onde ocorrem Júris simulados e práticas de negociação.

Laboratório de Informática: 20 computadores e capacidade para 40 pessoas.